

## ESPAÇALIDADES DE GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO TOCANTINS: UM MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS?

51

Gleys Ially Ramos dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Numa tentativa afirmar que as relações socioespaciais não podem ser analisadas apenas pelo viés das relações econômicas (das lutas de classes), é que as geógrafas feministas ressaltam a necessidade de se reconhecer, as diversas temporalidades, e que qualquer fenômeno temporal é um processo político (inclusive o pessoal). Nesse sentido, as geografias pensadas e produzidas pelas mulheres oferecem contribuições aos estudos sobre a questão agrária e os movimentos sociais. Este artigo tem como objetivo proporcionar uma reflexão acerca das Espacialidades do Movimento de Mulheres Camponesas e Trabalhadoras Rurais no Estado do Tocantins para incorporação de suas temáticas nos ambientes institucionais e no interior das lutas políticas dos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Camponesas, Movimento de Mulheres, Movimentos Sociais, Geografia

### SPATIALITIES OF GENDER AND SOCIAL MOVEMENTS IN THE STATE OF TOCANTINS: A PEASANT WOMEN'S MOVEMENT?

**Abstract:** In an attempt to claim that society space relations cannot be examined only by the bias of economic relations (class struggle), is that the feminist geographers are emphasizing the need to recognize the different temporalities, and that any temporal phenomenon is a political process (including the personal). In this sense, the geographies designed and produced by women have given major contributions to studies on the agrarian question and the social movements. This article aims to provide a reflection about the Spatialities of peasant women and rural workers in Tocantins State for incorporation of their institutional environments and themes within the political struggles of social movements.

**Keywords:** Peasants, Women's movement, Social Movements, Geography

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia (UFG), professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins. [gleys.ramos@mail.uft.edu.br](mailto:gleys.ramos@mail.uft.edu.br)

## Introdução

O Estado do Tocantins, apesar de novo em sua autonomia política, traz no seio de sua história (também pertencente ao Estado de Goiás), fortes tradições sobre a terra. Não é difícil encontrar nos arquivos dos noticiários nacionais, enfoques sobre os conflitos de terras quando o Estado era apenas uma região de Goiás – o Norte Goiano. A Região do Bico do Papagaio é uma dessas áreas em que os conflitos ainda persistem com intensidade idêntica aos anos 70 e 80, fazendo com que a violência no campo seja uma constante. A região central do atual estado agrega terras que evidenciam regalias políticas e partidárias, e o Norte detém uma mazela social até hoje “sem muitas explicações”.

As relações sociais sobre a terra no Estado acompanham o cenário nacional. Isto é, são relações de conflitos, cuja questão agrária e fundiária interfere no modo de vida, uma vez que, populações inteiras são excluídas do campo, fazendo com que os movimentos sociais as organizem de modo, a reivindicar, o retorno ao campo através da reforma agrária, e na atualidade com a política dos assentamentos rurais.

A Via Campesina tem um importante papel nas relações sociais no campo tocantinense, desde sua chegada em 2007 (articulada pelos movimentos sociais), a Via Campesina, MST (Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terras), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e as mulheres no interior dos seus movimentos iniciaram uma agenda unificada de ações contra o latifúndio, a miséria e o descaso social, as invasões do poder público e dos consórcios de energia e a favor da reforma agrária.

A particularidade expressa, não está somente na agenda unificada, mas nos sujeitos que estão tornando essas ações e lutas possíveis – as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais dos diversos segmentos civis (movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Igreja, etc.) advindas de várias regiões/municípios do Estado tocantinense. Ao Revista Espaço e Tempo Midiáticos, Palmas, v.2, n. 2, p. 51-77, jul-dez. 2017

lutarem, ganham autonomia, isto é, essas mulheres não só falam em ações conjuntas ou unificadas, como proclamam suas ações autônomas aos movimentos/segmentos de que fazem parte.

São dessas ações que surgiram os objetivos desse artigo.

Portanto, este artigo tem como objetivo proporcionar uma reflexão acerca das Espacialidades do Movimento de Mulheres Camponesas e Trabalhadoras Rurais no Estado do Tocantins para incorporação de suas temáticas nos ambientes institucionais e no interior das lutas políticas dos movimentos sociais. E as principais influências dessas mulheres, precursoras como Margarida Alves e Dona Raimunda quebradeira de coco babaçu são exemplos de luta e organização política.

Este trabalho traz uma análise interseccional, geográfica e feminista, que enfatiza as relações de gênero através da pesquisa sobre o cotidiano de mulheres camponesas e trabalhadoras rurais, suas lutas e ações para constituírem-se em movimento e para vencer outros tipos de opressões que não operam e não podem ser explicadas apenas pelo viés da classe, mas também por outras intersecções (raça/cor, lugar, idade, gênero/sexualidade, etc.). Nesse sentido, as contribuições que trouxemos são as primeiras reformulações acerca das análises espaciais que “ousaram” inserir gênero no âmbito da Geografia como ciência social.

Enfatizamos que as premissas desse artigo são reflexões acerca do tema abordado no trabalho de tese: “Mulheres em Movimento: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins”, cujas análises aparecem mais fundamentadas, do ponto de vista epistemológico e metodológico, e o que trouxemos para este texto foram algumas orientações e premissas sobre esse trabalho.

### **Reflexões iniciais – Não paramos no tempo, mas no espaço!**

O uso do termo gênero como pressuposto para uma categoria começou a ser fomentando quando algumas feministas procuraram dar cientificidade às vozes femininas (antropólogas na etnografia; as historiadoras nos processos históricos, a Sociologia, a Psicologia ressaltando os papéis de gênero, etc.).

Ademais, e talvez o mais importante, o “gênero” era um termo proposto por aquelas/es que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. Algumas dessas perspectivas são encontradas nos trabalhos de Scott, que avalia os estudos de gênero da seguinte maneira:

Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história”. A maneira como esta nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise (SCOTT, 1989 p. 03-04).

Assim, na Geografia os estudos de gênero vêm para, lançar-se como outra (pretensa) reflexão sobre o espaço, imprimir outras possibilidades de análises e enfatizar a importância de todas as dimensões das escalas, desde aquela que vê as mulheres como um ser universal (única), até aquela que a trata como sujeito transformador do espaço (lugar, território, paisagem, cultura, etc.).

Além disso, já que desiste de algumas dualidades, dicotomias e binarismos, traz para o espaço uma intersecção de categorias, buscando com isso compilar algumas das principais reivindicações de gênero em outras ciências como, a ainda, separada relação público/privado, dentro/fora, homem/mulher entre outras.

Algumas vezes, explicitamente, e frequentemente, de maneira mais implícita, perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas, e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal (OKIN, 2008 p. 305). É também, espaço de dualismos, conservando apenas duas possibilidades de alternâncias, sendo que uma, vai estar sempre sobrepondo à outra. Os casos mais comuns que dialogam com nosso texto são os dualismos Mulher/homem, feminino/masculino, ou ainda, macho/fêmea, público/privado. Para Massey:

Os dualismos profundamente enraizados estruturam a identidade pessoal e a vida cotidiana, e isto tem consequências para a vida de outras pessoas, porque estrutura, por sua vez, a prática das relações e dinâmicas sociais, e extrai a codificação do feminino e do masculino dos fundamentos sócio filosóficos mais profundos da sociedade ocidental (MASSEY, 2009 p. 81).

A questão apontada acima por Massey nos remete as “prisões” sociais a que os indivíduos estão submetidos. Nas análises de McDowell (2000) essas divisões binárias têm muito a ver com a produção social do espaço, como as definições do que é ambiente natural e do que ambiente fabricado/construído (social) e com as regulações que influenciam a quem ocupa um determinado espaço e quem é excluído dele.

Nesse sentido, as reflexões acerca disso podem ser justaposições que aproximam a Geografia do(s) Feminismo(s) e vice versa. Pois os lugares são espaços que acolhem as relações instituídas pelo/para os gêneros. As relações sociais ou relações de gênero encontram no espaço, independentemente de suas escalas, todos os elementos para sua produção e reprodução, enfatizando, portanto, não só os sujeitos, como os espaços desses sujeitos.

Logo, é nesse encontro sujeito-espaço, que o(s) feminismo(s) encontra nas/nos geógrafas/os um campo para discussões e análises, pois as mesmas, “apoiam-se” nas categorias geográficas para entender situações de conflitos, ou de mediações entre o cotidiano, sujeito e espaço. De acordo com McDowell isso acontece por que:

Os espaços surgem das relações de poder; as relações de poder estabelecem as normas; e as normas definem os limites, que são tanto sociais como espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e quem é/será excluído, assim como a situação local de uma determinada experiência (MCDOWELL, 2000 p 19).

Até mesmo o espaço destinado às mulheres (o privado), ao contrário da maneira como vem sendo abordado, não se dissocia do público, uma vez que, mesmo com as restrições, e a revelia do que é “ordenado”, as mulheres dialogam com constância com a política, negociam com a economia e com o trabalho, tornando cada vez mais, esses ambientes em espaços do cotidiano, a título de exemplo, a economia solidária juntamente com a economia doméstica tem sido bastante debatida no âmbito dos movimentos sociais e também da academia.

Numa tentativa afirmar que as relações socioespaciais não podem ser analisadas apenas pelo viés das relações econômicas (das lutas de classes), é que as geógrafas feministas vem ressaltando a necessidade de se reconhecer, as diversas temporalidades, e que qualquer fenômeno temporal é um processo político (inclusive o pessoal).

E sendo político, é geográfico.

### **Conflitos de terras no Estado do Tocantins: Um panorama brasileiro**

Após sua consolidação no território nacional e depois de 13 (treze) anos de experiência na luta pela realização da reforma agrária no Brasil, o MST chega em 1997 ao Estado do Tocantins. Geograficamente, o Estado encontrava-se envolto pelas ações desse movimento, já organizadas no Pará, Maranhão e Goiás.

Depois de várias reuniões com as organizações civis sociais existentes no estado, como a Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação de Porto Nacional –

CONSAÚDE<sup>2</sup> e os Sindicatos de trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, no intuito de criar alianças e assim contribuir na luta das/os camponesas/es dentro da conjuntura estadual, chegam ao estado também outros movimentos sociais como MAB, os movimentos por moradias, e através do engajamento da Via Campesina no Tocantins, iniciam também, as organizações de um movimento de mulheres no campo.

Tais engajamentos iniciaram discutindo a questão agrária tocantinense.

A estrutura fundiária do Estado do Tocantins tornou-se concentrada (principalmente) a partir da implantação da Rodovia Federal BR-153 (Belém-Brasília), como resultado, houve na região um processo de valorização. Isso ocorreu devido à proximidade com a rodovia e pelo fácil acesso aos mercados consumidores e cidades, com a expansão agropecuária em torno da rodovia cortando o estado de norte a sul, além da prática da agricultura. Neste sentido, a região antes sem nenhuma visão econômica, passa a concentrar no seu entorno, perspectivas de desenvolvimento.

Além da concentração fundiária no Estado do Tocantins, houve também a grilagem de terras fortemente alavancada nas décadas de 70 e 80. Como consequência, grande parte das propriedades e de projetos de repercussão nacional e regional, atualmente, são resultados da prática de grilagem estabelecidas na região, com a ocorrência de graves conflitos agrários, como ocorreram na região do Bico do Papagaio, com maior expressão cita-se a Guerrilha do Araguaia, mas há ainda, outros precedentes da luta pela terra nessa região.

Uma expressiva representação da luta pela terra nessa região sem dúvida foi a Igreja Católica, sobretudo, através de Josimo Tavares (Padre Josimo), assassinado em 1988 por fazendeiros que se aliaram para reter as reivindicações das/os sem-terra, sem teto e camponesas/es de diversas origens (Pará, Maranhão, Piauí, Goiás e Bahia), organizadas, principalmente, pela CPT (Comissão da Pastoral da Terra) ligada a igreja católica.

---

<sup>2</sup> Organização Não Governamental que busca sanar/minimizar os problemas de saúde e saneamento de pessoas carentes em Porto Nacional – TO e entorno.

Após sua morte, Padre Josimo se tornou um dos maiores referenciais da luta pela terra no Tocantins e no Brasil, sendo homenageado em vários segmentos da luta pela terra, como pelo MST e pelas quermesses organizadas pelas mulheres da CPT. No atual momento, organizadas pelas mulheres que articulam o Movimento de Mulheres Camponesas e trabalhadoras rurais do Tocantins.

A luta pela terra é um dos conflitos mais perversos que as pessoas representadas ou não por suas classes travam. Ela (a terra) oferece a alguns, o *status quo* de riqueza aliada ao poder, a outros, oferece apenas a riqueza ou apenas o poder. No entanto, para aquelas/es que têm nela seu ponto de encontro, ou o seu lugar, a terra oferece mais do que chão, ela dá o chão mais a identidade (território).

E mesmo o Estado do Tocantins, visto como umas das áreas de fronteiras agrícolas já consolidadas recentemente, tem-se um dos processos mais violentos do mundo em relação à posse de terras e busca pela reforma agrária. Não é exagero afirmar, que o Tocantins, apesar de novo, enquanto estado instituído traz consigo como herança, velhas relações sobre a terra. De acordo Silva & Cunha:

A luta em busca pela posse legal da terra é uma luta sangrenta que envolve violência em impunidade. A principal região de luta e presença de conflitos agrários no estado é a região conhecida como “bico do papagaio” que abrange os estados do maranhão, Pará e Tocantins (SILVA & CUNHA, 2012 p. 05).

Ao refletir sobre essa premissa de Silva & Cunha, partimos do pressuposto que as relações sobre as terras não obedecem a limites, tampouco reconhecem as instituições, as leis, do contrário, a reforma agrária, uma reivindicação contundente dos movimentos sociais não seria necessária. Historicamente, essa é uma realidade encontrada no Estado do Tocantins e, sobretudo na Região do Bico do Papagaio, também conhecida como Região Tocantina. Logo:



A região de maior conflito continua sendo a pertencente ao Bico de Papagaio. A região do Bico do Papagaio localiza-se Zona de confluência dos rios Araguaia-Tocantins e região de fronteira entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, o Bico do Papagaio nas décadas de 1960-70 do século passado, foi porta de entrada para a toda a Amazônia Legal constituindo-se numa região de intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros durante todo o regime militar (1964-1985). Encontra-se na transição geográfica entre o cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica; os Rios Tocantins e Araguaia. Vastas extensões de terra adequadas para a agricultura e a pecuária são partes da riqueza do Estado, a disputa pela posse dessa terra, porém, é a causa de graves conflitos envolvendo fazendeiros e posseiros. Na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins, o problema é explosivo, com frequentes emboscadas e mortes (OLIVEIRA, 2008 p.1).

As expropriações violentas das famílias camponesas, as perseguições e os assassinatos de posseiras/os emergem como práticas recorrentes no estado. De acordo, com Porto-Gonçalves (2010), para as populações camponesas, independente de suas condições (posseiras/os, agricultoras/es, sem terras, etc.), a região do Bico do Papagaio, como boa parte de toda Amazônia, a terra se constitui num centro organizador das relações sociais e se caracteriza como sinônimo de liberdade, algo que fortalece a identidade. Isso significa que ter um pedaço de terra, é ser livre.

Complementando o pensamento de Porto-Gonçalves, Sader (1986, p. 112) afirma que essa região, esse espaço tocantinense é um espaço de disputa entre várias forças sociais presentes na área, mas, mais do que isso, ele é também produzido como forma de luta. “E é encarado como a materialização do espaço, de todas as formas de relações denominadas de solidariedades”.

É nesse espaço que as mulheres camponesas encontram terreno para suas lutas diárias.

### **Mulheres no campo brasileiro: Da Invisibilidade à Luta**

Atemos aqui às mulheres camponesas, como sujeitos importantes na luta pela terra e nas projeções de uma reforma agrária com equidade no campo brasileiro. O objetivo é refletir sobre representações femininas que participam das lutas sociais travadas no campo, e assim, trazer para nossas análises, as mulheres como agentes importantes na negociação das melhorias de vida mulheres, homens e crianças camponesas.

As mulheres como sujeitos sociais do campo, trazem para si e para a história dos movimentos sociais e da luta pela terra, bem como para a reforma agrária, novos sentidos. Tais segmentos, políticas e ações não mais falam somente numa justiça social, já que os pressupostos para essa justiça estavam arraigados (apenas) numa discussão sobre luta de classe. O sentido maior hoje, está centrado na igualdade e equidade entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres, entre homens e homens e, também, sobre a força, a expressão e a liberdade da identidade enquanto mulheres do campo – camponesas.

A presença das mulheres nas lutas sociais no campo é parte de nossa história e produziu várias lideranças. O que é novo nessa dinâmica social é a emergência do movimento de mulheres cujas reivindicações, especialmente a partir da década de 80, estão centradas no reconhecimento social de sua situação como trabalhadoras. Uma luta por cidadania expressa nas bandeiras do direito à sindicalização, direito à propriedade da terra, direito previdenciário e aposentadoria, direito de acesso aos serviços de saúde, direito ao trabalho, entre outros.

Antes, porém, de estarem conseguindo uma visibilidade diante dos movimentos sociais e a sociedade civil, ainda é objetivo, e talvez a luta maior, as mulheres conseguirem ser vistas, respeitadas e assistidas em seu lócus de vivência – que para algumas camponesas é o mesmo da luta – onde a produção da vida ocorre e, é onde elas menos conseguem ser reconhecidas enquanto trabalhadoras. Para Sader, sobre suas pesquisas com mulheres camponesas no Bico do Papagaio – TO:

As mulheres trabalham muito. Mais que os homens. Socam o arroz no pilão, cuja mão pesada não sente mais. Com a peneira jogam o arroz para o alto, e com movimentos precisos separam a palha. Andam léguas mata adentro aonde vão em grupos ajuntar o coco babaçu, cortá-lo com um golpe seco em cima da lâmina do machado pesado que carregam. Cuidam de crianças, dos idosos, da comida, da educação e também do pouco ensino. [...] Dormem menos (SADER, 1995 p. 02).

“Tanto trabalho e pouco reconhecimento” completa a autora. Contudo, as sobrecargas de trabalho em casa, na roça, nas feiras, e nos movimentos não são as principais queixas dessas mulheres. O que se contesta, sobretudo, e urgente é a prioridade dada aos homens como (quase exclusivamente) merecedores das políticas voltadas para campo.

Outra contestação está ligada as violências que as mulheres camponesas sofrem de forma dupla, enquanto sujeitos sociais do campo, e por isso estão mais vulneráveis. A primeira violência diz respeito àquela em que homens, mulheres e crianças estão expostos diante da conjuntura social do campo brasileiro. Grandes fazendeiros, latifundiários, os empresários rurais expulsam, exploram, expurgam e violentam muitas famílias camponesas com justificativas da produção a partir da terra.

Noutra via, mais negado do que o camponês para que este não tenha acesso a terra, é negada a camponesa (com políticas que privilegiam os homens, com a falta de educação, documentação, informações), que por isso exige mudanças estruturais e culturais no acesso a terras no Brasil.

A chamada violência doméstica é outra reivindicação das mulheres que, aos poucos, estão perdendo o medo e a vergonha de denunciarem as agressões sofridas. É comum encontrar mulheres envolvidas e engajadas nos movimentos, sindicatos, acampamentos e assentamentos que não conseguem romper com os ciclos de violências domésticas.

Muito embora, nos últimos dez anos se tinha assistido as mudanças significativas relacionadas à melhoria da vida das mulheres, nos últimos dez meses pós o impeachment da então presidenta eleita – Dilma Rousseff, essas mudanças começaram a ruir com a extinção de políticas públicas voltadas, especificamente, para as mulheres do campo e da floresta. No campo, as ações e políticas públicas tinham acompanhado essas mudanças, no entanto, no âmbito da reforma agrária, o homem continua sendo o principal beneficiário, e mesma as políticas públicas que envolviam a agricultura familiar, não conseguiram romper com tais benefícios. Com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres essa realidade tende a acentuar a almejada equidade no campo brasileiro. De acordo com Pacheco:

O desenvolvimento da agricultura familiar, a partir de uma abordagem de gênero, tem importante significado político, econômico e social, uma vez que este tipo de produção incorpora, do ponto de vista estrutural, o trabalho de homens e mulheres. Partindo desta perspectiva, é necessário levar em conta que a condição de “membro não remunerado da família” expressa uma desigualdade de gênero. Esta categoria de análise utilizada pelas estatísticas censitárias mascara o significado da inserção produtiva das mulheres e acaba por influenciar as políticas públicas (PACHECO, 1997 p. 2).

Voltando um pouco no tempo para entender as dificuldades desse novo panorama, em 1991, a Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras de cinco estados (SP, PA, PB, MT e AM) e da região Sul do Brasil, junto com a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT), lançou uma campanha pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, contestando a sua qualificação como “mulheres de produtor”, “membros da família não remunerados”, adotada pelos censos.

Logo após, as mulheres camponesas passaram a também serem denominadas de trabalhadoras rurais, e suas reivindicações passaram a ser organizadas por um movimento social específico – o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais  
Revista Espaço e Tempo Midiáticos, Palmas, v.2, n. 2, p. 51-77, jul-dez. 2017

(MMTR), diferenciando algumas metas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), mais tarde, em 2002 unificando as bandeiras no segundo movimento – MMC.

Desses movimentos, de outros menores e dos sindicatos saíram lideranças femininas que além de iniciarem visibilidades para as mulheres no campo, trataram os problemas do campo brasileiro com veemência, ao ponto de sofrerem retaliações, resultando inclusive, em mortes por assassinatos. O caso mais emblemático é o da paraibana Margarida Maria Alves.

Margarida Maria Alves, nasceu em cinco de agosto de 1933 em Alagoa Grande - PB. Margarida era negra, casada tinha um filho. Desde muito cedo, por sobrevivência trabalhou do campo, e já sentia a necessidade de buscar melhorias para suas/seus companheiras/os de trabalho, e foi por isso que se engajou no Sindicato Rural de Alagoa Grande – PB. Diante deste contexto, Margarida não se restringia a uma jornada de trabalho no campo; era esposa, mãe, dona de casa e líder sindical. Foi tesoureira e presidente do sindicato permanecendo por 12 anos. Período em que moveu mais de 600 ações trabalhistas contra usineiros e senhores de engenho da região o que fez dela uma liderança política na região. Margarida foi mais além, lutando por direitos básicos que já estavam garantidos para os trabalhadores urbanos, tais como o 13º salário, férias anuais, carteira de trabalho assinada e jornada de trabalho de 8 horas. Margarida foi morta na porta de sua casa no dia 12 de agosto de 1983, na presença de sua mãe, seu marido e filho, com um tiro de espingarda no rosto (SANTANA & COSTA, 2011 p. 44-45).

A trajetória de Margarida Alves foi marcada pelos conflitos de terras. Margarida Alves, a líder de Alagoa Grande, foi expulsa da terra em 1962, no mesmo ano em que foi assassinado João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, a mando, também, do chamado Grupo da Várzea, grupo de coronéis que aterrorizou durante décadas, os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brejo da Paraíba.

Por doze anos, Margarida Alves dirigiu os trabalhadores rurais de alagoa Grande. Durante todo esse período, ela conheceu e estreitou relações com outras mulheres camponesas, que se engajaram na luta

campesina, tornando-se lideranças sindicais, num espaço historicamente marcado pela pouca presença feminina (FERREIRA, 2010 p. 22-23).

64

As lutas de Margarida Alves inspiram as lutas dos movimentos sociais no campo, dos sindicatos, que trazem como bandeira de luta, as condições das mulheres no campo, além das feministas que trazem das suas lutas os referenciais e engajamentos. Sua morte é lamentada não apenas pela violência, como por ter ceifado uma das trajetórias mais ativas da história das mulheres e dos homens no Brasil.

Outra líder que vem representando as mulheres no campo é Raimunda Gomes da Silva – a Dona Raimunda Quebradeira de Coco, natural de Novo Jardim – Maranhão, mora na região do Bico do Papagaio desde o final da década de 70. A principal luta de Dona Raimunda são as melhorias na vida e nas condições de trabalho das mulheres extrativistas quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, e também no sul dos estados do Maranhão e Pará.

O trabalho realizado por ela e mais algumas líderes locais ganhou conotação nacional e internacional quando começaram a denunciar as ameaças e atos de violências, e as expropriações que sofrem as camponesas e os camponeses que tiram do coco babaçu a subsistência cotidiana.

No Estado do Tocantins os conflitos sociais em torno da questão dos babaçuais se deram, principalmente, na região do Bico do Papagaio, marcada por confrontos entre fazendeiros e pequenas/os posseiras/os pelo controle da terra e dos recursos naturais durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, acentuada com a morte do Padre Josimo (ROCHA, 2002).

Nesse contexto é que emerge a figura e atuação de Dona Raimunda Quebradeira de coco. Cansada de ser maltratada pela condição em que se encontrava, mulher abandonada pelo marido e pai de seus filhos, mãe, negra, pobre, semianalfabeta, jovem, “petulante” e nortista. Conseguiu se libertar da maioria dos estigmas que lhe impuseram, assumindo tais condições com orgulho, sobretudo, o de ser mulher, negra e

Revista Espaço e Tempo Midiáticos, Palmas, v.2, n. 2, p. 51-77, jul-dez. 2017

nortista (de origem nordestina). Sobre Dona Raimunda Quebradeira de coco e outras líderes, são interessantes as descrições abaixo:

65

Evidentemente, quem fala o faz do lugar de vencedora. Hoje é uma liderança, olha para o passado após a conquista da terra, depois de terem se organizado economicamente, terem fundado uma escola para seus filhos, terem montado cooperativas. O passado é reconstituído desse ponto de vista. É desse lugar que o reconstruem, que interpretam seu papel na luta, falando de sua participação e daquela dos seus maridos, assim como dos outros homens na conquista dos babaçuais e da terra. Algumas dessas lideranças subestimam ou omitem completamente a participação dos homens. Falam no feminino. É assim também que as entidades de mediação elaboram seu discurso e, igualmente, os apoiadores internacionais, reforçando um discurso ancorado no que chamam de relações de gênero (ANDRADE, 2007 p. 449).

Dona Raimunda ficou conhecida pela sua luta na defesa dos direitos das mulheres extrativistas, as Quebradeiras de Coco babaçu. Essa luta trouxe resultados, como a Lei do Babaçu Livre, que proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu, e permite que as quebradeiras possam extrair o fruto das palmeiras mesmo em propriedades privadas<sup>3</sup>. Mas mesmo com a Lei, fazendeiros continuam derrubando as palmeiras, que levam cerca de noventa anos para dar frutos, o que inviabiliza o reflorestamento. "Eles acham que para criar o gado tem que acabar com o babaçu", explica Dona Raimunda.

Outras histórias contam como mulheres camponesas ou trabalhadoras rurais estão construindo um espaço de visibilidade, tendo no campo um lugar para viver e também para contestar. Tem sido cada vez mais comum, encontrar registros de mulheres que dedicaram, e ainda, dedicam parte e/ou toda sua vida à luta por melhorias

---

<sup>3</sup> A lei foi aprovada no final de 2007, entrou em vigor em 2008. A lei proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu em seis estados (MA, PI, TO, PA, GOs e MT), com exceção de áreas destinadas a obras ou serviços de utilidade pública ou de interesse social. Outra exceção, prevista no texto, é quando as derrubadas tenham como objetivo aumentar a reprodução da palmeira ou facilitar a produção e a coleta, mas só poderão ser feitas após relatório de impacto ambiental e mediante a autorização do poder competente.

no campo, em especial para as mulheres. Nessas características tem-se a história de Maria Madalena dos Santos – a Madá do movimento.

Nascida, criada e moradora da zona rural de Araci, Bahia e mais de trinta e dois anos efetivos entregues à luta pelo e no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Filha de trabalhadores rurais começou a trabalhar quando criança, não tendo a oportunidade de estudar. Na década de (19)80, quando jovem, conheceu algumas mulheres em cursos feitos no MOC – Movimento de Organização Comunitária em Feira de Santana (BA), despertando a necessidade de estudar a questão das mulheres e mais adiante passou a organizar e engajar ações e lutas pelos direitos das mulheres no campo.

Logo:

Durante essa caminhada, participou dos projetos do MOC se envolvendo em atividades para geração de renda, aquisição de cisternas para as comunidades através do fundo rotativo e desenvolvimento de práticas que ajudassem na agricultura familiar. Sempre esteve ligada ao movimento sindical e de mulheres e já fez parte da coordenação do Movimento de Mulheres, viajando de estado a estado, reforçando a importância das mulheres estarem organizadas. Atualmente, Madalena participa da coordenação a nível regional do Movimento de Mulheres e do grupo de produção ligado a Cooperafis que fabrica o artesanato de caroá. “A coisa mais fantástica que eu adquiri nesses anos com o movimento social foi mesmo o conhecimento. Quando a gente começa conhecer os nossos direitos, aprende a lutar com mais determinação”, declara Madalena (CAMARGO, 2007 p. 02).

Recentemente os movimentos sociais do campo e de mulheres perderam duas grandes referências. Na luta contra a violência e opressão sobre a terra e contra as mulheres, ainda há, uma evidente vantagem da impunidade e do descaso quanto aos direitos. No MST onde têm surgido algumas das principais líderes femininas, o sentimento da perda dessas lideranças é um vazio que não pode ser preenchido, pois essas mulheres foram mortas pelos seus principais opressores.



No dia 1º de janeiro, Maria do Fetal, professora de nacionalidade portuguesa que vivia no Brasil na zona Rural de São Paulo há mais de 10 anos, sempre apoiando a luta dos movimentos do campo, foi brutalmente assassinada por seu namorado. Maria atuava como tradutora em atividades da Via Campesina, como na 5ª Conferência Internacional, ocorrida em Moçambique, e fez parte da Comissão Internacional de Mulheres (CIM) da Via, ajudando a traduzir uma cartilha da Campanha "Basta de Violência Contra as Mulheres". O MST e a Via Campesina Internacional lamentam a morte de Maria do Fetal, mas sabe do legado que ela deixa às companheiras e aos companheiros. Maria fez Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP, esteve apoiando desde que chegou ao Brasil o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Via Campesina Brasil e a Via Campesina Internacional. (MST, 2013 p. 01).

Ativista e militante dos movimentos sociais no campo, geógrafa, pesquisadora vinculada a Universidade de São Paulo, sua tese de doutorado intitulada de “Uso agrícola do território e pedagogia do Movimento Sem Terra (MST) - uma geografia do presente”, de acordo a própria autora, “é uma tentativa transdisciplinar para desvendar o novo período histórico, fruto de nossos dias e de nossos trabalhos, neste início de século XXI: o Período Popular da História”. Usou-se a Pedagogia do Movimento Sem Terra (MST) como o alicerce para repensar a Pedagogia como Técnica, Teoria e Prática. Sobre essa perda o MST diz:

De nossas trincheiras de luta, de nossas organizações, da CIM da Via Campesina, nos declaramos revoltadas e revoltados com essa notícia que atingiu a mais uma de nossas companheiras, e esperamos que as autoridades judiciais brasileiras julguem o assassinato e penalizem o assassino como a Lei determina. Maria era uma mulher forte, uma mulher preocupada como todas as mulheres que estão dentro da dupla e tripla jornada de trabalho e participam de organizações, sabia que o importante nessa vida é “lutar e guerrear”; parafraseando Simone de Beauvoir, a própria Maria nos disse um dia: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Seu exemplo de militância e dedicação de professora nos motiva a seguir lutando por uma sociedade mais justa, igualitária e internacionalista, como Maria sempre foi. Mais do que nunca, nossa luta é indispensável em todos os lugares do mundo e contra todo tipo de violência. (MST, 2013 p. 04).

Com a mesma violência, mas sob outras circunstâncias, ocorreu o assassinato de Regina dos Santos Pinho. Assentada e produtora rural do Assentamento Zumbi dos Palmares no interior do Estado do Rio de Janeiro, era uma das principais líderes local e do MST regional que combatem as investidas dos latifundiários visando à expulsão das/os assentadas/os. Lutou também, para que mais pessoas conseguissem ser assentadas e que mais mulheres possuíssem a titularidade de seus lotes. De acordo o MST (2013, p. 02), Regina era:

Mulher de fibra que sempre contribuiu na militância do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Rio de Janeiro. Produtora rural, Regina que tinha 56 anos, foi barbaramente retirada da luta. Esteve à frente da organização do coletivo e do Setor de Gênero do MST Nacional a mais de uma década, sua luta no momento, estava ligada a implantação da agroecologia e das titularidades de lotes por mulheres solteiras, casadas ou com união estável.

As circunstâncias e os motivos do assassinato de Regina dos Santos ainda não foram esclarecidas, apesar de não haver dúvidas quanto à execução e a barbaridade em que o corpo da militante foi encontrado. Para o MST (2013), esse foi um golpe duro para o movimento, sobretudo, para as pessoas que conheciam pessoalmente Regina. O MST afirma ainda:

É um crime bárbaro. [...] É importante ressaltar que o assassinato de Regina ocorre onze dias após a execução de Cícero Guedes dos Santos, 48 anos, líder do MST em Campos dos Goytacazes, e que Regina foi encontrada em sua residência com um lenço vermelho amarrado no pescoço e seminua. Regina e Cícero eram muito próximos e ambos eram referências em agroecologia no assentamento Zumbi do Palmares (MST, 2013 p. 02).

Os sujeitos no campo brasileiro travam lutas diárias por melhorias no campo, pela reforma agrária e pelo reconhecimento de suas existências enquanto camponesas e

camponeses, agricultoras e agricultores rurais, assentadas e assentados, acampadas e acampados, sindicalistas e integrantes dos diversos movimentos sociais do campo.

Entretanto, essa luta é dobrada quando os sujeitos são mulheres. Pois essas encontram barreiras estruturais dentro da questão agrária brasileira que exclui do direito à propriedade de terras todas(os) aquelas(es) que não cabem no perfil socioeconômico e sociocultural hegemônico brasileiro, isto é, pobres, negros/as, migrantes e mulheres.

A levar em conta esse perfil, entendemos que a luta não é somente dobrada, como se desdobra para manter o rural (campo), um espaço/lugar de homens, sobretudo, ricos, brancos e urbanos, detentores de terras como herança, excluindo as possibilidades de milhares de mulheres e homens de viverem dignamente.

Nossos sujeitos sociais, aqui representadas por essas líderes, trazem à tona a contestação desses privilégios. São mulheres negras (em sua maioria), pobres, migrantes e camponesas, que conseguiram dá visibilidade tanto as suas lutas, quanto ao lócus que escolherem viver – o campo.

Infelizmente, esses sujeitos estão em posições/espacos vulneráveis, sendo duplamente ameaçadas por violências e pelo extermínio. A primeira diz respeito à ameaça que essas mulheres oferecem as estruturas fundantes da expropriação socioespacial no campo brasileiro, que o torna em um campo de batalha e o divide em dois grandes lados, de um lado os latifundiários, fazendeiros e grandes empresários rurais, de outro, camponesas/es, agricultoras/es, assentadas/os e sem terras buscando resistir enquanto sujeitos sociais.

A segunda ameaça não se dissocia da primeira, mas está primeiramente presente, e diz respeito aos papéis e lugares destinados às mulheres na sociedade. E mesmo nos movimentos sociais, ou nos lugares de resistência e luta ela está presente. A violência doméstica e cotidiana é, sem dúvida, um dos grandes algozes das mulheres camponesas, mesmo havendo poucos dados que comprovem, é lugar comum em pesquisas de gênero e mulheres no campo ter (muitos) relatos de violências domésticas.

E esse tipo de violência trava junto com outros tipos de violências uma luta desigual e desumana contra as mulheres. Não por outros motivos perdemos Margarida Alves, Maria do Fetal e Regina dos Santos. E outras mulheres vivem sobre constantes e cotidianas ameaças como Dona Raimunda Quebradeira de Coco e Maria Madalena.

Essas líderes, mas, sobretudo, essas mulheres, representam as diversas mulheres que protagonizam as lutas no campo e constituem, portanto, milhares de sujeitos sociais que lutam por uma reforma agrária justa e com equidade.

Portanto, a inserção das mulheres na luta pela terra no campo, não é um indicativo de um novo sujeito, e sim a abertura de um espaço para um sujeito que sempre existiu, mas que ainda não tinha espaço para por em evidência suas reivindicações, que não mais se resumiam ao acesso a terra, mas na posse, no direito e na igualdade sobre ela (SANTOS, 2012).

Só mais recentemente, temos tido contatos, informações e leituras de outros trabalhos acadêmicos sobre as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. De acordo Santos (2012), “outras atividades realizadas pelas mulheres não são visibilizadas”. A atividade da pesca por mulheres (muito forte na região) tem como uma das explicações os fortes conflitos, nos quais seus companheiros eram/são assassinados ou ameaçados, restando às mulheres o sustento de suas famílias, sendo essa prática inibida também pelos fazendeiros da região.

Ao falarmos das mulheres da região do Bico do Papagaio, percebemos que ser evidenciada como Mulheres Quebradeiras de Coco é um lugar comum. [Mas] A presença dessas mulheres não está somente ligada aos babaçuais da região. Existe uma ligação muito forte com os rios, a pesca, a agricultura e outras formas de busca pela sobrevivência (SANTOS, 2012 p. 90).

Há registros de quebradeiras que foram agredidas, pois resistindo, entravam nas propriedades e eram encontradas dentro das áreas de pastagens (e babaçuais) coletando coco. Esta realidade ainda é presente, pois há “ainda casos de violência física contra as  
Revista Espaço e Tempo Midiáticos, Palmas, v.2, n. 2, p. 51-77, jul-dez. 2017

quebradeiras pelo qual gerentes de fazendas, vaqueiros ou encarregados submetem as mulheres à surras e violência sexual” e “casos em que a mulher precisa roçar a quinta, ou seja, limpar a área do pasto, para ter acesso à área de quebra e coleta do coco” (PORTO-GONÇALVES, 2010 p. 2).

71

Assim como há relatos de ribeirinhas que tiveram que esconder no meio da mata “fechada” para não serem avistadas pelos jagunços. Segundo elas, nem mesmo a presença das mulheres era permitida ao longo dos rios e córregos porque elas também não estavam passivas aos processos de expropriação (SANTOS, 2012 p. 85).

Mesmo as organizações e reivindicações em que aparecem figuras masculinas tomam-se nota a participação das mulheres no processo de articulação e contestações, ou, as encontramos em processos de silêncios, ou ainda, buscando outras formas de contestações que não o confronto corpo a corpo de que são elas as vítimas mais vulneráveis já que as violências investidas sobre elas são múltiplas. Em dois relatos encontramos tais situações:

As mulheres do Bico do Papagaio foram companhia solidária para o homem Josimo, sempre açoitado por seus inimigos externos e por seus críticos internos. Na luta pela terra, senão em todo o Araguaia-Tocantins, pelo menos no Bico do Papagaio, as mulheres tiveram um papel muito importante tanto no que diz respeito à organização e resistência, quanto na presença solidária e no engajamento junto com Josimo no seu trabalho de mediação. As mulheres que sofrem, não sofrem apenas pelos dores dos filhos, sofrem porque elas próprias, pensadas no seu papel ativo, embora ainda numa sociedade fechada, lutam e sofrem (SILVA, 2011 p. 54).

O medo destacado acima é constatado não só nas companheiras de Padre Josimo como em Lourdes de Góí (a Lurdinha) que abandonou a luta e “o Bico”, ele é percebido e por vezes sentenciado em vários lugares da Região do Bico do Papagaio. Entretanto, mesmo sob ameaças surgiram inúmeros grupos de contestação. São posseiras e

posseiros que não aceitavam as condições em que estavam sendo submetidos, grilagens, ameaças, violências de todos os tipos, assassinatos.

É salientar que a população tocantinense, principalmente, nas regiões Central e do Bico do Papagaio, são resultantes de fluxos migratórios que, via de regra, trazem pessoas com sonhos e perspectivas sobre a terra nova. No caso da Região Central, Palmas foi o grande polo de atração, por ser capital, ser planejada e concomitantemente construída (o que requereu muita força de trabalho) e a Região do Bico do Papagaio acabou por ser ponto de refúgio de movimentos migratórios de estados como Maranhão, Pará, Piauí, Ceará e Pernambuco.

Esse movimento permanentemente híbrido por essas trabalhadoras e trabalhadores, faz parte de sua própria relação com a terra/lugar, fruto de uma cultura peculiar, pois o trabalho e a morada não estão separados. Existe uma relação de unidade que vincula a experiência diária destes indivíduos a terra através de valores culturais e simbólicos, cujo próprio espaço onde a vida cotidiana de cada um/a é feito, revelando a forma como ambos encaram a luta pela terra, e, ao mesmo tempo, reproduzem a necessidade de continuarem resistindo (SADER, 1986).

Nas movimentações realizadas no interior da Região do Bico do Papagaio, encontramos a partir dos trabalhos de campos, relatos sobre como a luta pela terra é marcante e dolorosa, principalmente, para aquelas/es que são excluídas/os não só da terra, como da história do lugar, da região.

Eu cheguei aqui em 79, vinte e nove de outubro de mil novecentos e setenta e nove (29/10/1979). Eu sou filha de piauiense e viemos no lombo de jumento, naquela época nos demoramos mais de mês para chegar aqui. Era pra irmos pra Porto, mas meu pai soube que essas terras aqui eram boas e ainda não tinha dono. Coitado, meu pai morreu sem terra. Minha mãe também, e eu não queria morrer assim, sem dá amparo aos meus filhos. Você vê um gaúcho desses chega ai outro dia já tem um mundão de terra, eu estou aqui a mais de trinta anos e não tenho nada. Mas isso não é porque eu não luto não, eu não fico parada, frequento um grupo da CPT, estou no sindicato. [...] O povo fala em merecimento, defende terras que não é deles, mas por merecimento,

eu já tava dentro da terra faz tempo, porque plantar eu planto, agora vê se esse povo que grila terra, não planta um grão sequer pra comer. (Relatos de uma moradora de Xambioá, coletados dia 24/07/2012).

73

Relatos como esses são importantes uma vez que, nos acostumamos com a presença das mulheres apenas na esfera do privado, do escondido. E, aos poucos, com os desdobramentos de pesquisas, entrevistas e falas, vamos entendendo que elas nunca estiveram longe do contexto da luta pela terra, é que comumente nós pesquisadoras/es estávamos atrás de fatos que pudessem ser comprovados com imagens, testemunhas, evidências tateáveis e deixamos de lado, ou colocamos as mulheres nessas esferas privadas das casas e dos lotes, quando, em muitos casos elas desobedeceram a esses limites impostos social e teoricamente.

Ou como afirma Sader (1995, p. 04) “Aparentemente há um destino inexorável quando se é mulher e camponesa”. Não só do ponto de vista da luta pela terra, mas de firmar-se na terra para que haja a sobrevivência. Mulheres trabalham na roça tal qual o homem, mas o serviço executado em casa não tem reciprocidade masculina, ainda assim, com essas jornadas, as mulheres estão participando dos movimentos, das lutas articuladas, ora pelos movimentos, ora por elas através da Via Campesina.

Existe uma particularidade nessas ações. Mesmo o MST e MAB sendo os principais ou os maiores movimentos na articulação da Via Campesina e das ações dessa rede, são as mulheres desses movimentos e dos movimentos de Mulheres como MMC que tem tido uma participação efetiva nas ações de contestações no Estado do Tocantins.

São elas que tomam a frente na luta pela reforma agrária, mas bem mais do que isso, elas estão tornando possível as lutas para que haja igualdade e equidade no campo, mesmo quando não há um diálogo possível quanto a reforma agrária na atual conjuntura.

### **Reflexões a partir da pesquisa – Um esforço de síntese**

Antes das articulações da Via Campesina no Estado do Tocantins, as ações dos movimentos sociais eram parcas e com pouca visibilidade social e na mídia. As experiências protagonizadas pelos movimentos sociais no Tocantins são resultantes das parcerias, redes de relações e solidariedades.

Outro aspecto que deu maior vigor as ações foi a valorização interna das mulheres nos e para os movimentos sociais. Essa é uma demanda social das mulheres latino-americanas que a Via Campesina encabeçou campanhas, ações, formações políticas e que chegou ao Tocantins no começo do ano de 2009.

Ainda encontramos receio dentro dos movimentos sociais no Tocantins, quanto aos protagonismos femininos nas lutas pela terra e pela água. Nas ações das mulheres do MAB, algumas tinham sido barradas nas primeiras manifestações pelos seus companheiros. No MST havia uma resistência em “dispensar” suas mulheres para outros movimentos ou ações ou encontros. Há uma intermediação sendo construída através da Via Campesina, mas não só.

Essas mediações são importantes e devem que ser feitas. Não é fácil sair de uma sociedade patriarcal, mesmo criticando essa sociedade. Homens estão acostumados a estarem no comando, nem sempre são machistas, mas foram “criados” dessa forma. A questão é trazer para nível da consciência.

A partir da chegada da Via Campesina, muito se especulou sobre sua articulação no Estado do Tocantins. Alguns segmentos sociais, como sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, chegaram a afirmar que a Via Campesina veio organizar os movimentos sociais que não estavam dando conta das demandas sociais no Estado. Houve também a afirmação de que a Via Campesina presente era uma articulação dos movimentos de mulheres. Afirmaram também que ela chega ao Tocantins tardiamente.

Concordamos que as três afirmações têm sentido político. Porém, a chegada da Via Campesina no Estado é uma somatória de articulações que envolveram, Revista Espaço e Tempo Midiáticos, Palmas, v.2, n. 2, p. 51-77, jul-dez. 2017



principalmente, as mulheres dos movimentos sociais, CPT, associações e até de sindicatos, não somente por que não estavam conseguindo abarcar as realidades vividas pelas/os camponesas/es, mas porque as investidas do capital e do governo a partir dos grandes empreendimentos passaram a ignorar as comunicações e diálogos com movimentos sociais.

Diante disso, a Via Campesina não chega tardiamente, mas chega num momento em que os movimentos sociais no Estado careciam de uma rede de contato e de solidariedade, sob o risco de perderem a conduta contestatória e passarem a serem visto de formas negativas e criminalizadas (ainda mais), isto é, chega num momento providencial e consegue rearticular os movimentos no estado, bem como suas ações.

A escolha das mulheres como protagonistas das ações da Via Campesina no Estado do Tocantins ocorreu pela visão de organicidade e de atuação que as mulheres têm dentro dos seus movimentos, de suas atividades, mas, sobretudo, pelo histórico de lutas dessas mulheres, desde a época da guerrilha, da chegada da Pastoral da Terra, das associações e movimentos organizados por elas, ou seja, encontram sujeitos sociais organizados e em plena atividade contestatória apesar da pouca visibilidade dentro/fora dos seus lotes, barracos e movimentos.

Acreditamos, que a Via Campesina no Estado do Tocantins apenas dinamizou os espaços de lutas ao reconhecer as mulheres como sujeitos importantes na luta pela reforma agrária e pelo direito a água. Essas mulheres estão à frente dos movimentos, das ações e das marchas, não para inibir as investidas violentas daqueles que defendem o latifúndio e o agronegócio como saída econômica viáveis.

Pelo contrário, elas tomam a frente, por entenderem que não são frágeis, não são apáticas e que não estão presas na esfera do privado. A tomada de consciência não ocorreu com a chegada da Via Campesina. Ela foi ressaltada nas articulações e nas ações dessas mulheres que estão a construir uma rede de movimentos para desestabilizar as políticas públicas e sociais que as esqueceram historicamente.

Esse é novo sentido dos movimentos sociais no Tocantins e em todo Brasil. “Terra para todos e todas”, “águas para libertar e não para oprimir” e “mulheres com vida, cheias de vida e sem violência”. Para as mulheres mais do que a terra e água, elas querem seus espaços para além do lote, a luta pelo lote foi/é duramente construída no barraco, enquanto acampadas, agora já que lutaram ao longo da história tocantinense por terra, querem e precisam permanecer vivas para gerar além da sobrevivência, as vivências e/ou as (re)existências.

### Referências Bibliográficas

ANDRADE, Maristela de Paula. **Conflitos Agrários e Memória de Mulheres Camponesas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto, 2007.

CAMARGO, Maria. **Uma vida dedicada à organização das mulheres: O trabalho educativo realizado com as trabalhadoras rurais para a garantia de direitos, mudou a vida de Madalena dos Santos**. Revista Experienciais, MOC – Feira de Santana, Bahia, 2007.

FERREIRA, Ana Paula Romão S. **A trajetória político-administrativa de Margarida Maria Alves: Entre o velho e o novo sindicalismo rural**. Tese de doutorado – PPE/CE/UFPB, João Pessoa – PB, 2010.

MACHADO, Lia Z. **Gênero, um novo paradigma?** Cadernos Pagu nº11, p.107-125, 1998.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

McDOWELL, Linda. **Gênero, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Valencia: Cátedra, 2000.

MST. <http://www.mst.org.br/mstsp/sngen.htm>. Acesso em abril/2013

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Tradução: Flávia Biroli. Revista Estudos Feministas, v. 16, n.2, Florianópolis, maio/ago. 2008.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **A(o)s posseira(o)s e luta pela região do Bico do Papagaio 1964-1984:** memória e identidade. Anais do Fazendo Gênero 8, UFSC – Florianópolis – SC, 2008.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Sistemas de Produção:** Uma Perspectiva de Gênero. Portal da Cidadania, MDA, Brasil, 1997.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** 2º ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA, Maria R. Teixeira. **A luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu, pela libertação do “coco preso” e pela posse da terra.** Anais do Núcleo de estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, 2002.

SADER, Regina. **Espaço e luta no Bico do Papagaio.** Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. **Ser mulher e camponesa.** Boletim Presença Ano II, nº 5, UNIR, 1995.

SANTANA, Irani; FERRARI, Milena; COSTA, Rayane. **Margarida Alves:** Uma Mártir Camponesa. Revista NEED, UNEMAT, 4º Fórum, 2011

SANTOS, Gleys I. Ramos. **Ribeirinhas na Fronteira Cerrado/Amazônia:** Um Estudo de Paisagens na Região do Bico Do Papagaio – TO. Revista Geonordeste, Ano XXII, n.2, 2011.

SCOTT, Joan W. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, Vol.6, Nº 2, jul/dez, 1989.

SILVA, Aichely R; CUNHA, Valdeir V. **A luta pela terra no Maranhão:** Caso do Bico do Papagaio. Anais do XXI Encontro Nacional de Reforma Agrária – UFU, Uberlândia – MG, 2012.